

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Mudança em marco legal de PPPs e concessão entra na mira de deputados	2
Título: Crise política trava acordo de R\$ 1 bi pela energia de Itaipu	3
Título: Planejamento antes do licenciamento ambiental	5
Título: Destaques.....	8
Título: Actis montará 4ª companhia no país, com ativo da EDP.....	8
Título: CBMM estuda transportar todo o nióbio por ferrovia	10
Título: Usinas de BP e Bunge já perderam R\$ 7 bi	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Réquiem para os índios	13
Título: ‘Privatização vai ajudar País a atrair investimentos’	15
Título: Disputa por energia de Itaipu derruba chanceler e embaixador paraguaios	17
Título: Brasil espera cumprimento de acordo.....	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: Guedes quer proibir que estados usem verba do petróleo para bancar servidor	20
Título: Odebrecht fecha seu 1o. contrato com Petrobras desde a Lava Jato	23
Título: Marco de gestões petistas, PAC deixará de receber novos projetos	24
Título: Após problema técnico, navio do Irã deixa o Brasil.....	26
VEÍCULO: O Globo.....	26
Título: Paraguai quer anular acordo com o Brasil sobre Itaipu.....	26

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/07/2019****Seção: Brasil****Autor: Por Lu Aiko Otta | De Brasília****Título: Mudança em marco legal de PPPs e concessão entra na mira de deputados**

Na volta do recesso parlamentar, a Câmara vai instalar no dia 6 de agosto uma comissão especial que avaliará mudanças no marco legal das concessões, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e fundos de investimento em infraestrutura. Num quadro de forte restrição fiscal, parcerias com empresas são a aposta não só do governo federal, como também de Estados e municípios, para avançar com investimentos em infraestrutura.

No entanto, a base legal desses negócios ainda precisa de aperfeiçoamentos. "A legislação sobre o tema é antiga e não incorpora avanços tecnológicos", disse ao **Valor** o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que será o relator da comissão.

A criação da comissão foi uma iniciativa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que vem impulsionando uma agenda econômica independente do Executivo. "Do ponto de vista macroeconômico, vamos terminar a votação da reforma da Previdência e enfrentar a questão da reforma tributária", disse o Jardim. "Uma terceira vertente é aprimorar o marco regulatório das concessões, PPPs e fundos de investimento em infraestrutura."

Embora seja integrante da pauta própria da Câmara, essa comissão trabalha em sintonia com o Executivo, assegurou Jardim. A interlocução vem sendo feita com os ministros da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**. A intenção é levar os temas para discutir também com a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, nos próximos dias.

A base jurídica de uma solução para o aeroporto de Viracopos é um dos temas a serem analisados pela comissão. Esse é o primeiro caso de uma concessão federal que está em recuperação judicial. Caso o contrato chegue ao ponto de ser declarado caduco, não há clareza sobre como será feito o encontro de contas entre a concessionária, pelos investimentos que já realizou, e o governo federal.

Outro tema que pode ganhar uma nova regulamentação são as prorrogações de contratos. O deputado cita como exemplo o Estado de São Paulo, onde várias concessões de rodovia estão chegando ao fim. Estão em curso novas licitações, como a dos 1.273 Km do lote Piracicaba Panorama, que exigirá investimentos de R\$ 14 bilhões.

Mas, em alguns casos, o governo do Estado poderia ver mais vantagem em prorrogar os contratos em vigor, em vez de fazer um novo. É para essa situação que a comissão pretende elaborar uma nova legislação.

Essa mesma norma poderia dar uma base jurídica mais segura para as prorrogações de contratos de ferrovia em análise no governo federal, com investimentos previstos de ao menos R\$ 34 bilhões para cinco projetos: Rumo Malha Paulista, Estrada de Ferro Carajás, Ferrovia Centro Atlântica, Estrada de Ferro Vitória a Minas e MRS. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) fez ressalvas a essas operações.

"São as primeiras concessões que foram feitas, e os contratos são muito frágeis", disse Jardim.

Ainda no campo das ferrovias, a comissão deverá incorporar, após aprovado, um projeto de lei que se encontra em análise no Senado. Permite que linhas férreas sejam construídas e exploradas sob regime de autorização, e não de concessão como é hoje. É um modelo usado nos Estados Unidos, em que a empresa interessada propõe ao governo a construção de uma ferrovia. Autorizada, pode construir e explorar. Na concessão, a iniciativa de escolher a rota e buscar interessados é do governo federal.

Uma candidata ao regime de autorização é a Ferrogrão, uma linha de 933 km ligando Sinop (MT) a Miritituba (PA). Segundo Jardim, a comissão vai analisar a autorização em outras áreas. Também pretende discutir a inclusão de empreendimentos imobiliários em fundos de investimento em infraestrutura.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Crise política trava acordo de R\$ 1 bi pela energia de Itaipu

O agravamento da crise política no Paraguai deixou enorme incerteza sobre a manutenção de um acordo alcançado com o Brasil, no dia 24 de maio, em torno da quantidade de energia da usina binacional de Itaipu que é contratada pelo país vizinho.

Está em jogo uma diferença de aproximadamente US\$ 250 milhões - quase R\$ 1 bilhão pelo câmbio atual - entre o volume "declarado" de compra pelo Paraguai e o que é efetivamente consumido. O valor do acordo, que deflagrou uma série de demissões na cúpula do governo paraguaio e ameaça o futuro do presidente Mario Abdo Benítez, se reverteria em economia a favor dos consumidores brasileiros em quatro anos (2019 até 2022).

A crise no país vizinho subiu ontem mais alguns degraus com a demissão do chanceler Luis Alberto Castiglioni, do diretor-geral de Itaipu pelo lado paraguaio e do presidente da Administração Nacional de Eletricidade (Ande). O embaixador do Paraguai em Brasília, Hugo Saguier, também caiu.

Sem nenhuma divulgação pública, Brasil e Paraguai chegaram a um acordo no fim de maio sobre o montante da energia que é destinado para cada lado. O Tratado de Itaipu define a divisão, em partes iguais, da potência da hidrelétrica. Só que os paraguaios consomem apenas uma fração do que têm direito - menos de 15% da geração total. O restante é comprado pelo Brasil.

Reclamação do governo brasileiro: o Paraguai tem indicado todos os anos, desde 2002, uma estimativa de consumo energia inferior à realmente verificada. Na prática, vem subcontratando a energia de Itaipu. Essa diferença se acentuou recentemente. "Nos últimos quatro anos, o consumo de energia do Paraguai aumentou 40%, mas suas indicações anuais apontavam variação de 8%", afirma um negociador em Brasília.

A Eletrobras vem assumindo o ônus dessa distorção. Como não deve ter lucro nem prejuízo com a usina binacional, o custo é integralmente repassado aos consumidores brasileiros das distribuidoras de energia em três regiões - Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A estatal paga US\$ 43,80 por cada megawatt-hora das "sobras" de energia que o Paraguai indica, a cada início de ano, não consumir internamente. E desembolsa mesmo esses valores.

Contudo, quando o Paraguai excede suas estimativas de consumo, paga uma tarifa bem menor: cerca de US\$ 6 - o valor da chamada "energia excedente", ou seja, o que é produzido acima da potência oficial graças a chuvas mais fortes e reservatórios mais cheios. O governo paraguaio tem utilizado essa energia barata, inclusive, para atrair indústrias.

Um acordo para acabar com essas distorções foi costurado, no fim de maio, mediante a interferência direta dos ministérios das Relações Exteriores de cada país. Não houve entendimento técnico entre as autoridades da área energética. Esse acordo, registrado em ata, previa uma evolução gradual do consumo

paraguaio: hoje está em 1.270 MW médios, iria para 1.534 MW em 2020 e continuaria subindo até 1.924 MW em 2022.

O efeito líquido da negociação, conforme apurou o **Valor**, seria de US\$ 250 milhões em quatro anos. O acordo era considerado um "compromisso político-diplomático" que ganharia validade jurídica somente com a assinatura de um contrato formal.

Foi no processo de confirmação do acordo entre os dois países que houve a reviravolta. Pedro Ferreira, ex-presidente da Ande, recusou-se a assinar o contrato e declarou que esse instrumento seria lesivo aos interesses do Paraguai. Ele alegou que não tinha conhecimento dos detalhes negociados. Isso deu munção aos opositores para falar até em impeachment do presidente Abdo.

Reservadamente, o governo brasileiro repudia a atitude de Ferreira e vê interesse político em sua "denúncia", garantindo que ele estava a par dos termos em negociação. A intenção é seguir firme no propósito de equacionar o problema dos volumes da energia de Itaipu. Há um reconhecimento, porém, de que a crise política supera questões energéticas ou diplomáticas. Os próprios signatários da ata do dia 24 de maio, pelo lado paraguaio, não estão mais em seus cargos. Por isso, o futuro do acordo é imprevisível.

Como fazem questão de ressaltar todas as autoridades brasileiras ouvidas pelo **Valor**, o acordo não afeta a renegociação do Anexo C, parte do Tratado de Itaipu que vence em 2023. Nesse ano, segundo as interpretações majoritárias, o Paraguai fica livre da exigência de vender ao Brasil tudo o que não consome da usina.

Uma fonte diplomática lembrou que, nas tratativas com o governo paraguaio, o termo usado foi "sinceramento" (palavra comum em espanhol) da quantidade de energia efetivamente consumida. "Diferentemente do que está sendo dito no Paraguai, não há amarras à contratação de mais energia pelo país e nós incentivamos isso", disse a fonte, lembrando que o PIB tem crescido mais de 4% nos últimos anos e que a linha de transmissão Itaipu-Assunção foi financiada em grande parte pelo Focem (fundo de convergência do Mercosul), com recursos brasileiros a fundo perdido. O linhão livrou a capital dos constantes apagões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2019

Seção: Opinião

Autor: Rodrigo Koblitz e Carlos Grelle

Título: Planejamento antes do licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental no Brasil recebe críticas há décadas de diversos grupos sociais. O Ibama costuma ser o alvo principal dada sua maior visibilidade, principalmente pelo porte das obras por ele licenciadas. Dentre as críticas, talvez a mais persistente seja a demora do instituto em emitir a licença ambiental. Essa demora se dá pela análise em si, pelas interferências de outros órgãos federais e pela eventual prolongada interferência judicial. Existem ainda críticas à qualidade do parecer do órgão licenciador e ao próprio estudo ambiental que somadas às anteriores, fragilizam o processo aos olhos de todos os atores envolvidos.

Um dos fatores que podem influenciar na amenização de todos esses problemas é o planejamento. Com ele seria possível identificar os conflitos com antecedência e otimizar o investimento de recursos financeiros e humanos. Apesar de alguns setores produtivos terem o planejamento do setor como obrigatório, definido por lei, o modo de elaborar o plano está aquém das necessidades da nossa sociedade. Será exatamente sobre o planejamento que iremos refletir no presente artigo, especificamente no setor elétrico.

O planejamento hidrelétrico no Brasil é feito, muito grosseiramente, nas etapas que se seguem. Inicialmente, uma empresa (ou um grupo delas) escolhe uma bacia hidrográfica brasileira e se dispõe a estudá-la para produzir o inventário hidrelétrico. Também chamada de partição de queda, esse inventário define em qual local da bacia do rio estudado terá este ou aquele tipo de aproveitamento hidrelétrico, e se será de pequeno ou grande porte. Tais estudos são conduzidos e pagos pelas empresas que futuramente serão as interessadas na compra da concessão de energia.

Aqui, já se faz presente algum inconveniente, pois com esse formato, nada garante que o foco das empresas são soluções otimizadas para o ganho econômico e social do país. Pode não ser equivocado considerar que tais planejamentos sejam orientados para otimizar o lucro dessas empresas. A análise do processo de elaboração do inventário elétrico pode nos dar algumas pistas sobre isso. Nessa etapa, apenas (ou desproporcionalmente de forma mais influente) o grupo preocupado com as questões de engenharia e economia opinam. Esses inventários têm pouca visibilidade e baixa, ou nenhuma, participação social. Por mais que algumas partes consigam se fazer ouvidas, a decisão é de fato da empresa (ou grupo delas) que está contratando o estudo, deixando nas mãos deles a decisão final sobre que projeto apresentar.

Após a apresentação do inventário hidrelétrico, são feitas as Avaliações Ambientais Integradas (AAI), que é um tipo de avaliação estratégica, mas focada apenas em um determinado setor produtivo. Em geral, a AAI apenas indica se é ou não possível construir tais barragens considerando sua posição e tamanho apresentada pelo inventário. Portanto, não é um tipo de estudo que avalia se é

melhor construir diversas pequenas usinas ou uma única grande usina. Costumeiramente, a AAI não muda nada da decisão de partição de queda. Um exemplo recente ocorreu para a Bacia do Tapajós, onde a AAI corroborou integralmente a partição de queda.

Há grande preocupação com a produção, mas pouca expertise na proteção ambiental e desenvolvimento social

Por fim, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é apresentado ao órgão ambiental e outra grave tendência é encontrada aqui. Até o momento em que se escreve este artigo, os autores não conhecem nenhum licenciamento no Ibama em que um EIA foi apresentado indicando a inviabilidade do empreendimento. É possível notar portanto, que até o pedido da opinião do órgão ambiental sobre a viabilidade, apenas o setor economicamente interessado na construção do empreendimento conduz o processo. Nesse momento está adicionado um ponto de tensionamento extremo. Bilhões, às vezes dezenas de bilhões de reais, do mundo inteiro estão totalmente mobilizados para serem investidos nessa obra. O único empecilho é o órgão ambiental. Com esse formato de planejamento, todo o embate sobre modelo de desenvolvimento recai em um órgão apenas, que por sua vez tem pouca margem para discutir alternativas.

Todo esse viés da construção de uma hidrelétrica tem um grave problema na hora da tomada de decisão do Ibama. Para responder adequadamente sobre a viabilidade de uma hidrelétrica, é preciso considerar quais são as outras opções. Ou seja, uma resposta razoável à pergunta da viabilidade poderia ser algo como: sim, tal hidrelétrica pode ser instalada desde que aquele outro rio, ou trecho de rio, fique intocado.

A viabilidade de um empreendimento é uma decisão que depende de outras decisões. Ou seja, para que opções sejam discutidas, é preciso garantir não apenas onde fica a hidrelétrica, como também onde não pode ter hidrelétrica. Entretanto, o marco regulatório do setor hidrelétrico não define como se pode criar rios livres de barragem e, portanto, nada impede que após o planejamento do governo federal um Estado ou município construa barragens em rios que deveriam ficar livre delas.

O planejamento estratégico verdadeiramente elaborado com os múltiplos atores é de longe o mais importante estudo que se pode fazer. As decisões técnicas dos órgãos licenciadores seriam melhor compreendidas, a ocupação do território seria prevista amplamente e, inclusive, aumentaria a segurança dos investidores.

O país tem muito a ganhar com o planejamento do setor elétrico, mas esse ganho só será efetivo se o planejamento não ficar restrito aos interessados

diretos nos lucros que podem ter. As agências, o próprio **Ministério de Minas e Energia** e os empresários do setor são um grupo que se preocupa muito com a produção, mas tem pouca expertise na proteção ambiental e desenvolvimento social. Pactuando verdadeiramente com esses outros atores no início do processo, o planejamento seria focado em otimizar o sistema considerando os componentes sociais e ambientais e não seria tão fortemente focado em quantidade de Megawatts por m² de cimento. O primeiro e grande ganho com isso seria a aceitação por todos os atores do resultado final.

Se tudo acima faz sentido, é possível que o caminho seja o de não estimular a mobilização de bilhões de reais para um projeto que o país, e não apenas os empresários, nem pensou se será ou não bom. Claro, o impacto óbvio dessa concordância no planejamento seria enfim a tão almejada celeridade na emissão de licenças.

Rodrigo Vasconcelos Koblitz é analista ambiental do Ibama

Carlos Eduardo Viveiros Grelle é professor da UFRJ

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Prioridade ao gás

O projeto de expansão da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), enquadrado como prioritário pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** ontem, prevê investimentos de R\$ 3,47 bilhões, a serem feitos de 2019 a 2024, segundo o governo. O plano prevê a injeção de recursos em expansão e reforços na rede de distribuição, além de tecnologia da informação. Ao ser enquadrado como prioritário no MME, o projeto poderá emitir debêntures incentivadas. Com a expansão, a Comgás espera ter o incremento de 800 mil novos consumidores no período.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Raquel Brandão | De São Paulo

Título: Actis montará 4ª companhia no país, com ativo da EDP

A gestora britânica Actis vai lançar sua quarta empresa de energia renovável no Brasil, desta vez voltada a ativos operacionais, apurou o **Valor**. O primeiro ativo será o complexo eólico Babilônia, de 137 megawatts (MW) de potência, adquirido da EDP Renováveis por cerca de R\$ 1,2 bilhão, incluindo a assunção de dívidas.

A Actis já controla três empresas de energias renováveis no país: Atlantic Energias Renováveis, que tem 642 MW de potência em operação por meio de cinco complexos eólicos; a Echoenergia, que tem 700 MW em operação e 273 MW em construção também em empreendimentos eólicos; e a Atlas Renewable Energy, que tem 1,2 GW em projetos de energia solar em operação ou construção no Brasil e outros países da América Latina.

Os recursos que serão investidos na nova empresa são do fundo Long Life Infrastructure, levantado ano passado pela gestora com destino em projetos de infraestrutura em mercados emergentes. Por meio das três empresas em operação no Brasil, a gestora já havia se comprometido com investimentos de cerca de US\$ 1,4 bilhão no país.

No caso do projeto adquirido da EDP Renováveis, o valor a ser desembolsado será de R\$ 650 milhões, sujeito a ajustes no fechamento. Além disso, a companhia vai assumir cerca de R\$ 550 milhões em dívidas. Com isso, o investimento representa um múltiplo presumido de R\$ 9,1 milhões por MW. A transação está sujeita a aprovação pelos órgãos regulatórios e deve ser concluída até o fim deste ano.

Segundo fontes, a Actis não deve parar nessa transação, e já está olhando outros ativos operacionais de geração renovável para adquirir para a nova empresa que será lançada.

O complexo de Babilônia, localizado na Bahia, está em operação desde o quarto trimestre do ano passado. A energia foi objeto de um contrato de compra de energia de 20 anos por meio do leilão de energia de reserva (LER) de 2015.

Na ocasião, a energia foi contratada ao preço de R\$ 199,37 por megawatt-hora (MWh), muito acima dos preços praticados hoje no mercado regulado, abaixo de R\$ 100/MWh, o que torna o empreendimento um investimento rentável. Por estar em operação, também há redução significativa dos riscos atrelados ao projeto.

Para a EDP Renováveis, o negócio faz parte da sua estratégia para reciclar capital. O objetivo da companhia, que é controlada pela Energias de Portugal, é vender participações em projetos em operação ou em desenvolvimento para acelerar a criação de valor e possibilitar reinvestimentos no seu crescimento. Com essa venda, a holding portuguesa executou aproximadamente 25% da meta de venda de € 4 bilhões entre 2019 e 2022, que foi anunciada em março na atualização do plano estratégico da companhia.

O **Valor** procurou a Actis e a EDP Renováveis para informações adicionais, mas ambas disseram que não iriam se manifestar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: CBMM estuda transportar todo o nióbio por ferrovia

Maior produtora mundial de nióbio, insumo usado na produção de aço, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) estuda uma mudança logística para o transporte do produto em Minas Gerais que deve reduzir custos e dar mais segurança à operação. A empresa pretende transportar por trem sua produção das minas de Araxá (MG) até portos do Rio de Janeiro e de São Paulo, de onde saem navios carregados para clientes da Europa, Ásia e América do Norte.

Parte do trajeto até os portos já feito pelos trilhos. Há quatro anos, a CBMM fechou um contrato com a MRS, que administra a linha férrea que conecta Belo Horizonte a portos dos dois estados. Com isso, a empresa passou a ter possibilidade de transportar suas cargas por trilhos desde a capital mineira aos portos de Itaguaí (RJ) e de Santos (SP). Mas de Araxá até Belo Horizonte, ainda continua dependendo de caminhões.

Integrar por trilhos sua produção aos portos é uma discussão que começou a ser feita há cerca de seis meses. "Nós já conversamos sobre esse tema no Ministério da Infraestrutura começamos a conversar com MRS e com VLI, que administra o trecho de Araxá até Belo Horizonte", disse o presidente da CBMM, Eduardo Ribeiro.

A VLI, por meio de sua assessoria, afirmou que as conversas estão em fase inicial, mas que a empresa está aberta para uma tratativa com a CBMM e que há disponibilidade da ferrovia para o escoamento do nióbio até Belo Horizonte. A Ferrovia Centro-Atlântica, operada pela VLI, liga o Triângulo Mineiro, no oeste

de Minas, ao litoral do Espírito Santo. Circulam por essa rota trens carregados de grãos. O trecho que interessa à CBMM é parte desse percurso.

"Precisaria de alguns investimentos, não só no trajeto Araxá-Belo Horizonte, mas num terminal em Araxá que permitisse a gente fazer o carregamento", disse Ribeiro. "Já iniciamos essas conversas".

A linha Araxá-Belo Horizonte é de bitola métrica (um metro de largura entre os trilhos) e a que sai da capital em direção aos portos tem bitola larga (1,60 m). Isso significa que a CBMM teria de retirar a carga dos trens oriunda de Araxá e, em Belo Horizonte, transferi-la para outros trens. O que sai da usina de metalurgia da empresa em Araxá são bags de uma ou duas toneladas e também tonéis carregados de pequenos grânulos de ferro-nióbio, o produto usado nos processos siderúrgicos.

Não há ainda uma previsão clara sobre quando essa mudança logística poderá se tornar realidade. Se as negociações prosperarem, será a primeira vez na história da CBMM, iniciada nos anos 60, que todo o transporte do nióbio será feito por trens até os portos. "Isso teria um impacto financeiro. Nós conseguiríamos economizar em logística em torno de R\$ 20 milhões por ano", diz o executivo.

É um valor diminuto para uma empresa que em 2018 teve receita de R\$ 7,4 bilhões. Mas, segundo Ribeiro, há outros dois elementos que são importantes para empresa. Um deles é a redução de emissão de CO₂. A empresa computa em seus relatórios tanto o CO₂ emitido na produção quanto na escoamento do ferro-nióbio.

Outra questão é a segurança. "Quando fazemos embarques rodoviários usamos escoltas porque já tivemos roubos de cargas; por ferrovia, o risco é bem é menor."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/07/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Usinas de BP e Bunge já perderam R\$ 7 bi

Quando as usinas sucroalcooleiras que a americana Bunge e a britânica BP possuem no Brasil estiverem unidas, a direção da companhia terá como primeira tarefa investir na produtividade dos ativos, hoje abaixo da média do setor, o que deve demandar aportes estimados pelo mercado em cerca de R\$ 300 milhões. Para isso, no entanto, a joint venture terá que buscar recursos no

mercado sozinha, sem a ajuda habitual das controladoras, que já amargaram prejuízos superiores a R\$ 7,5 bilhões desde que estrearam em açúcar e etanol.

As duas companhias estrangeiras - uma de origem no agronegócio, outra no setor de petróleo - entraram no ramo na época do boom de investimentos da década passada, quando reinava o otimismo com o mercado de etanol.

Desde 2011, quando a BP comprou a Companhia Nacional de Açúcar e Alcool (CNAA), montando sua estrutura atual no Brasil com três usinas no triângulo mineiro, a companhia britânica já aportou mais de R\$ 4 bilhões, conforme levantamento da consultoria FG/A. A maior parte do aumento de capital ocorreu em 2011, superando R\$ 1 bilhão. Nos últimos três anos, a múlti britânica injetou mais de R\$ 600 milhões no negócio.

Todo esse investimento não ofereceu retorno. Até o fim de 2017 - data do último balanço publicado -, a BP Biocombustíveis registrava prejuízo acumulado de R\$ 2,2 bilhões. Apenas em 2017 (o exercício social da empresa termina em 31 de dezembro), que compreende a safra 2017/18, a companhia teve um prejuízo de R\$ 565 milhões.

Mas os aportes não ficaram limitados à compensação de prejuízos. Na avaliação da consultoria FG/A, os recursos tiveram como intenção elevar a capacidade das usinas para cerca de 10 milhões de toneladas de cana processadas por safra.

Nesse mesmo período, a Bunge injetou diretamente mais de R\$ 3,3 bilhões em suas usinas no Brasil. A multinacional deu entrada no negócio em 2007, quando adquiriu a Usina Santa Juliana, em Minas Gerais, mas só chegou ao tamanho que tem hoje, com nove usinas, depois que adquiriu as seis usinas do grupo Moema, em uma transação na época de quase US\$ 1 bilhão.

Desde que começou a operar no setor, porém, a Bunge já acumulou prejuízo de R\$ 5,4 bilhões. Apenas em 2018 (o exercício social termina em 31 de dezembro), a Bunge Açúcar e Bioenergia teve um prejuízo líquido de R\$ 431 milhões.

Além dos aumentos de capital, a Bunge ainda financiou diretamente o negócio, o que levou a sucroalcooleira a acumular dívida de mais R\$ 2,9 bilhões somente com a matriz americana.

Essa dívida será herdada pela BP Bunge Bioenergia e será convertida para uma dívida bancária de US\$ 700 milhões. Não se trata de um endividamento grande dentro dos parâmetros do setor diante de sua situação operacional. A dívida estaria próxima de R\$ 90 por tonelada de cana moída, ante uma média no setor em torno de R\$ 140 de dívida por tonelada de cana moída. Além disso, a primeira amortização de principal só ocorrerá no segundo trimestre de 2022 (safra 2022/23), segundo a empresa.

Outra herança será a necessidade de aumentar a produtividade dos canaviais, hoje abaixo da média do Centro-Sul. De acordo com dados do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) obtidos pelo **Valor**, das 11 usinas, apenas a Tropical, em Edéia (MG), da BP, e a Monte Verde, em Ponta Porã (MS), da Bunge, tiveram rendimentos acima da média na safra passada. O rendimento da primeira ficou em 10,2 quilos de açúcares totais recuperáveis (ATR, ou sacarose) por hectare, e o da segunda, em 9,9 quilos de ATR por hectare.

As demais tiveram rendimentos inferiores à média do Centro-Sul (de 9,66 quilos de ATR por hectare). O pior resultado foi registrado na usina em Pedro Afonso (TO), com 7,48 quilos de ATR por hectare.

Segundo Geovane Consul, que será o CEO da companhia, a produtividade dos canaviais plantados nos últimos três anos supera a média do setor, e a empresa terá que aumentar a oferta em 3 milhões de toneladas de cana para completar a capacidade das usinas, de 32 milhões de toneladas. Estimativas do mercado avaliam que a joint venture terá que investir em torno de R\$ 300 milhões para renovar canaviais, reduzindo a idade média e aumentando sua produtividade.

Ao **Valor**, a BP Bunge Bioenergia confirmou que agora será "autossuficiente". A empresa afirmou que "se beneficiará de uma estrutura de capital sólida e conservadora, e começará suas atividades com um dos níveis mais baixos de endividamento do mercado".

Segundo a companhia, as controladoras "esperam que a joint venture opere de forma autônoma e que seja autossuficiente para financiar seus investimentos" e que "seja capaz de gerar o caixa necessário para suas necessidades". Sua prioridade, acrescentou, será "integrar rapidamente os negócios e realizar as sinergias esperadas".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Eliane Cantanhêde

Título: Réquiem para os índios

O mesmo presidente Jair Bolsonaro que definiu o Brasil como "uma virgem que todo tarado quer" é o que, agora, confirma publicamente sua disposição de fazer parcerias nos Estados Unidos para explorar minério em terras indígenas da Amazônia, particularmente a ianomâmi e a Raposa Serra do Sol. O governo vai entregar a virgem para os tarados? Ou os tarados são só os países europeus?

O discurso de Bolsonaro é um para a Europa, outro muito diferente para os EUA. Ao falar sobre meio ambiente, desmatamento da Amazônia, reservas

ecológicas, terras indígenas e quilombolas, ele inevitavelmente mistura um tom agressivo com pitadas de sarcasmo: o diretor do Inpe é mancomunado com ONGs estrangeiras e os europeus só defendem a preservação da Amazônia para depois explorá-la. "Na cabeça dos europeus, a Amazônia não é do Brasil."

É curioso que, nos tempos dos militares no poder, o temor do olho gordo sobre a maior floresta tropical e a maior biodiversidade do mundo não era por causa dos europeus, ou, pelo menos, não era principalmente por causa deles, mas, sim, dos irmãos do Norte, dos americanos. Na "nova era" de Bolsonaro, o tarado mudou.

E os índios? Doido para criar "uma Cancún" em paraísos ecológicos e crítico da "psicose ambiental" que assola Alemanha, França, Noruega, Suécia..., o presidente acha que "índios em reservas são iguais a animais em zoológico" e o que eles querem mesmo é "internet, médico, dentista, banho com sabonete..." Bolsonaro, aliás, disse ontem que não há "indícios fortes" de que um cacique wajãpi tenha sido assassinado por invasores no Amapá. Uma declaração que só piora as coisas.

O primeiro anúncio da disposição do governo brasileiro de abrir a mineração em reservas indígenas foi feito pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, numa palestra no Canadá. Na época, houve surpresa. Agora, é o presidente quem dá a coisa com certa. Isto é: se o Congresso deixar.

A Constituição é clara ao defender os "direitos originários" dos índios sobre suas terras. Para abrir a exploração mineral, agrícola ou de qualquer natureza em reservas ianomâmi, Raposa Serra do Sol e tantas outras, é, ou será, preciso emenda constitucional, com quórum qualificado e votação em dois turnos na Câmara e no Senado. E há questões externas.

Ontem, em Brasília, o chanceler Ernesto Araújo acertou com o ministro de Negócios Estrangeiros da França, Jean-Yves Le Drian, a criação de um grupo de trabalho para trocar informações sobre... meio ambiente. Diplomáticamente, como convinha, Le Drian falou da importância, "além do cumprimento do Acordo de Paris, também do respeito a normas ambientais e sanitárias". E Araújo prometeu um fluxo de informações "precisas e científicas". Com Bolsonaro jogando descrédito sobre o Inpe, o Ibama e o ICMBio, fica difícil, ministro.

Detalhe: ao falar sobre parcerias com americanos para explorar minérios em reservas indígenas, o presidente voltou a defender a nomeação do deputado Eduardo Bolsonaro, o "03", como embaixador em Washington: "Por isso minha aproximação com os EUA, por isso quero uma pessoa da minha confiança para a embaixada". Entenderam?

OAB. É inacreditável o ataque ao presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, desrespeitando a dor de um filho e a memória de um pai, Fernando Santa Cruz, que, preso pela ditadura militar, integra a lista macabra de "desaparecidos". Governadores, parlamentares, acadêmicos e pessoas comuns reagiram com espanto e repulsa ao jogo sujo político. Mas Felipe reagiu como ser humano, acusando Bolsonaro de "traços de caráter graves: crueldade e falta de empatia".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/07/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: 'Privatização vai ajudar País a atrair investimentos'

Rodolfo Spielmann, diretor-geral do Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) para América Latina

Um dos maiores fundos de pensão do mundo já investe US\$ 5 bi no Brasil e está aberto a compras em diversos setores

Um dos maiores fundos de pensão do mundo, o Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) quer ampliar sua presença no Brasil. No ano passado, a gestora se tornou sócia do Grupo Votorantim na Companhia Energética de São Paulo (Cesp). Neste ano, participou de consórcio para comprar a TAG, gasoduto da Petrobrás, mas perdeu o páreo para a francesa Engie.

O gestor do CPPIB para a América Latina, Rodolfo Spielmann, afirmou ao Estado que o fundo está olhando diversos negócios no Brasil – de empresas da Petrobrás e de energia a fintechs e operações do setor financeiro. Com mais de US\$ 300 bilhões sob gestão, o fundo quer ampliar presença em países emergentes como o Brasil. Por aqui, o CPPIB tem quase US\$ 5 bilhões investidos. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Por que o CPPIB quer aumentar sua participação no Brasil?

Estamos presentes em todo o mundo. Cerca 85% dos investimentos estão fora do Canadá – a maior parte nos Estados Unidos. Depois, direcionados para Europa, Ásia e América Latina. Queremos crescer em economias emergentes, como China, Índia e Brasil.

Mas no Brasil a presença ainda é pequena. Por quê?

Não é. A América Latina como um todo responde por 4% do total – só Brasil tem 1,5% e pode atingir de 2% a 3%. É muito.

O CPPIB está esperando as reformas para avançar?

Não traçamos perspectiva política. Temos uma visão macro e microeconômica.

Sob o ponto de vista macro, o Brasil está bem melhor do que um par de anos atrás. Inflação baixa, juros em queda e continuamos com política monetária responsável. Agora, com a reforma da Previdência, o País pode endereçar também a questão fiscal.

O sr. já dá a reforma da Previdência como certa?

Não. Não dá para dar o que não se tem ainda. Mas tem um otimismo no mercado financeiro. É um leve otimismo depois de anos de recessão. Mas a reforma ainda não foi aprovada (em segundo turno).

O mercado financeiro e o governo têm a percepção que, após a aprovação da Previdência, os investidores estrangeiros vão voltar ao País. O sr. concorda? A reforma da Previdência não vai ser a bala de prata. A Previdência é o principal foco, mas é o primeiro passo. Está longe de ser a solução para tudo. Faltam outras mudanças.

Quais?

A tributária, por exemplo. Mesmo que seja a simplificação para depois eventualmente vir uma redução da carga. Temos em curso um programa de privatização, que terá o duplo benefício de contar com a gestão privada. A privatização não só proporcionará o melhor serviço e eficiência, mas também impulsionará investimentos. E mais investimentos atraem concorrentes. O Estado não tem mais capacidade de investir, sobretudo nessa cadeia de infraestrutura e energia. Privatizar é um caminho necessário para melhorar o serviço e atrair mais investimentos.

Quais empresas o CPPIB avalia nesse pacote de privatização?

Olhamos todos os tipos de negócios – sejam empresas privadas, listadas em Bolsa e as que podem ser privatizadas. Empresas de meios de pagamento, no poder do Estado, interessam, mas queremos ter clareza sobre as regras de governança. Então, o ativo tem de ser (avaliado) após a privatização. Não dá para ser empresa mista.

E as empresas da Petrobrás?

Participamos do processo da TAG. Estávamos em um dos consórcios. De modo geral, no setor de combustível, seja gasolina ou gás, estamos mais focados na extração e produção, menos na distribuição.

O fundo é sócio do grupo Votorantim. Os negócios desse setor só serão feitos com eles?

Em princípio, o foco dessa parceria é em energia renovável. Os dois primeiros investimentos foram em parques eólicos e outro na Cesp. Isso pode mudar no futuro.

Ao CPPIB só interessa ser sócio, sem ter o controle?

Cada caso é um caso. Temos facilidade de fazer parcerias. Buscamos parceiros que tenham experiência em operação, seja em rodovias, gás, transmissão. Não somos operadores. Trabalhamos no conselho de administração e governança. Não damos palpite no dia a dia.

Quais outros investimentos interessam ao fundo?

Tudo. Temos quatro grandes grupos de ativos: infraestrutura para energia renovável, imobiliário, private equity (compra de participações em empresas) e crédito privado (debêntures).

Qual a meta de expansão para o Brasil e o mundo?

A estratégia até 2025 é sair de 15% para 33% do portfólio em países emergentes, como China, Índia e América Latina. Até 2025, os US\$ 305 bilhões serão US\$ 455 bilhões. A orientação para a América Latina é ter o mesmo peso do PIB global. Até 2025, a China ser a maior economia do mundo. A América Latina crescerá em menor ritmo, mas também crescerá.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/07/2019

Seção: Internacional

Autor: AFP, AP e EFE, COM RODRIGO Turrer Assunção

Título: Disputa por energia de Itaipu derruba chanceler e embaixador paraguaios

Pressão. Renúncias ocorreram um dia após ministro das Relações Exteriores informar que o governo tinha voltado atrás na sua decisão e cancelado a ata assinada com o Brasil sobre a contratação de energia de Itaipu; oposição havia ameaçado presidente com impeachment

Em meio à crise política provocada pela assinatura de um acordo firmado entre Brasil e Paraguai para a venda da energia gerada pela usina hidrelétrica de Itaipu, que é compartilhada pelos dois países, o ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Luis Alberto Castiglioni, apresentou sua renúncia juntamente com o embaixador do país no Brasil, Hugo Saguier, e o presidente da companhia paraguaia de energia elétrica, Alcides Jiménez.

As renúncias, anunciadas pela presidência, ocorreram um dia após Castiglioni informar que o governo tinha voltado atrás na sua decisão e cancelado a ata assinada com o Brasil sobre a contratação de energia. A saída deles foi uma tentativa do presidente Mario Abdo Benítez de amenizar as críticas de parte da população pelo "entreguismo do governo", e também da oposição paraguaia,

que queria abrir um processo de impeachment contra ele "por mau desempenho das funções presidenciais". O Senado aprovou a proposta de rejeitar a ata de compra de energia.

A crise foi provocada porque o governo paraguaio teria cedido às exigências brasileiras e aceitado pagar mais do que determinava o acordo firmado em 2009 pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo. Desde fevereiro, o governo brasileiro tentava renegociar os termos desse tratado. Atualmente, os brasileiros pagam o dobro do que os paraguaios pela energia produzida pela usina. Em 2018, o Brasil pagou, em média, US\$ 38,72 por MWh, enquanto o Paraguai pagou, em média, US\$ 24,60.

As condições do tratado fazem com que o Brasil pague ao Paraguai pelo direito de adquirir a energia que os clientes paraguaios não consomem. O Paraguai usa o benefício dos baixos preços para atrair novas indústrias, e sua energia barata é uma das causas do crescimento do país, de quase 6% ao ano. O Tratado de Itaipu, que regula a energia produzida pela usinas, foi assinado em 1973. O texto determina que todo o custo do financiamento e da própria hidrelétrica seriam divididos na proporção da capacidade destinada para a comercialização. O Paraguai consome cerca de 15% dos 50% da energia a que tem direito. O volume que o país não utiliza é vendido para o Brasil. O texto original estabelecia que a energia adicional teria apenas o custo associado aos royalties da produção. Em 2009, quando Lula e Lugo renegociaram os termos do tratado, o Brasil passou a pagar cerca de US\$ 900 milhões pela energia. Até 2016 esse valor era pago pelo Tesouro Nacional. Depois, os recursos foram repassados para os consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Além da energia que é capaz de produzir, a Itaipu tem volume de energia excedente, mais barata por não incluir o custo do pagamento de empréstimo utilizado para a construção da hidrelétrica. Teoricamente, essa energia também deveria ser dividida entre as duas nações, mas o acordo de 2009 dá ao Paraguai o direito de uma proporção maior da energia barata.

A discussão se estende desde 2018, e até a assinatura do acordo, em maio, não havia consenso entre os países. As discussões são o preâmbulo do que deve ocorrer em 2023, quando os dois países terão de renegociar o Anexo C do Tratado de Itaipu, que trata da venda da energia como forma de pagamento do financiamento da usina. Em 1973, Brasil e Paraguai dividiram a construção da usina, mas os paraguaios não tinham dinheiro para arcar com sua metade dos custos, e o Brasil financiou o projeto. O Anexo C trata deste pagamento, que estará totalmente amortizado em 2023.

A assinatura da ata, que ocorreu em maio, só veio a público na quarta-feira, com a renúncia do presidente da estatal de energia elétrica Administración

Nacional de Electricidad (Ande), Pedro Ferreira. O Brasil, através da Eletrobras, solicitou ao Paraguai que comprasse energia com base em seu consumo e apresentasse um cronograma até 2022, um ano antes da negociação do Anexo C, algo que não costumava ser feito pelo lado paraguaio.

O documento foi assinado em 24 de maio sem que nenhuma autoridade paraguaia tivesse informado à opinião pública a respeito, o que levou parte da oposição a denunciar que o governo do Benítez está fazendo concessões e isso indicaria uma "cessão de soberania energética" ao Brasil. A oposição paraguaia também afirmou que a energia no país poderia custar o dobro em decorrência do acordo.

Analistas afirmam que a questão deve ser um tema de embates entre os dois países nos próximos anos. "O tema de Itaipu é muito sensível, pois os dois lados têm argumentos sólidos para defender suas posições", afirmou ao Estado o cientista político Miguel Carter. "Mas o principal problema, do lado paraguaio, é que o país deixou de receber US\$ 75,4 bilhões porque vendeu a energia ao Brasil por valores abaixo do preço de mercado. A população conhece esses dados, e Itaipu é uma questão de soberania nacional para o povo."

Para o cientista político Marcello Lachi, o segredo com que as negociações foram conduzidas e as mudanças de ideia sobre o acordo são sinal da "incompetência" do governo Benítez.

"O governo não pode assinar um acordo em segredo e, com menos de três dias de protestos, se retirar dele", afirmou Lachi ao Estado. "É um sinal de fraqueza enorme, pois ao menor sinal de ameaça da oposição, o governo cede à pressão. A mensagem enviada é a de um governo que cederá a qualquer pressão mais firme".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/07/2019

Seção: Internacional

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Brasil espera cumprimento de acordo

O governo brasileiro espera o cumprimento das tratativas fechadas com o Paraguai sobre a contratação da potência da usina binacional de Itaipu. Assinado em 24 de maio por integrantes dos ministérios de Relações Exteriores de ambos os países, o acordo busca resolver o desequilíbrio praticado há anos pelo lado paraguaio, que tem se aproveitado da energia excedente, mais barata, para atrair indústrias e investimentos. Há dois meses, o Brasil aguardava que o

Paraguai regulamentasse a proposta e, em razão da sensibilidade do tema, tratava o assunto com reserva.

Contrário aos termos do acordo, Pedro Ferreira, presidente da Ande, estatal paraguaia, renunciou na sexta-feira, provocando uma crise que já derrubou outras quatro autoridades do país e ameaça o governo do presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez. Marito, como é conhecido, defendeu o acordo e publicou, em sua conta no Twitter, um vídeo em que diz que os termos eram uma prova de que o Paraguai é um "país sério", que não precisa de "pequenas vantagens".

Sem interesse em desestabilizar a gestão de Marito, o lado brasileiro negociou um reequilíbrio gradual, para ser cumprido até 2022, para evitar um tarifaço nas contas paraguaias. Pela proposta acordada entre os dois países, o Paraguai se comprometeria a adquirir, neste ano, uma potência 9,6% maior do que a de 2019, e um nível 12% maior nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Hoje, o Paraguai compra 61% menos do que deveria, e se apropria da energia excedente, mais barata, para abastecer o mercado interno, até mesmo da parcela que caberia ao Brasil. Na prática, essa vantagem tem sido paga pelo consumidor brasileiro, que paga o dobro do valor cobrado no Paraguai.

As autoridades brasileiras acompanham a crise de longe. Amanhã, a cúpula do governo deve se reunir para discutir o assunto. Tecnicamente, fontes avaliam que o Brasil não deve ceder, pois o acordo já está assinado e seu descumprimento configuraria um problema diplomático. Além disso, um recuo enfraqueceria a posição brasileira na renegociação das cláusulas financeiras do acordo (Anexo C). Por outro lado, a avaliação é que a crise tomou proporção política e se tornou uma desculpa para desestabilizar Marito, que assumiu o cargo em agosto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram

Título: Guedes quer proibir que estados usem verba do petróleo para bancar servidor

Recursos foram prometidos a governadores para facilitar aprovação da reforma da Previdência

Brasília- Diante da promessa do ministro da Economia, Paulo Guedes, de distribuir recursos aos estados após a aprovação da reforma da Previdência, o

governo estuda criar travas para impedir que governadores direcionem as verbas para finalidades consideradas inadequadas.

Membros do Ministério da Economia afirmaram à Folha que a pasta avalia enviar uma proposta ao Congresso neste semestre para vedar determinados tipos de gasto.

O foco principal é impedir que os novos recursos, provenientes da exploração de petróleo, sejam consumidos com a folha de pagamentos de servidores públicos estaduais.

A regra proibiria os governadores de direcionar os valores para pagamento de salários, concessão de reajustes e ampliação de benefícios.

Desde a apresentação da proposta de reforma das regras de aposentadoria, Guedes disse mais de uma vez que ampliaria os repasses aos estados caso a medida fosse aprovada no Legislativo.

O ministro já chegou a afirmar que pretendia destinar a governos estaduais e municipais até 70% do Fundo Social, composto por recursos de exploração de petróleo e hoje de uso exclusivo da União.

Em abril, Guedes também disse que, após a aprovação da nova Previdência, o governo repassaria até R\$ 6 bilhões a estados como forma de antecipar a arrecadação do megaleilão de petróleo do pré-sal, agendado para o fim deste ano. No certame, o governo espera receber R\$ 106 bilhões pela assinatura do contrato.

A reforma da Previdência foi aprovada em primeiro turno na Câmara com larga vantagem de votos favoráveis. Após o retorno do recesso parlamentar, em agosto, o texto passará por votação em segundo turno na Câmara, antes de ser enviado para o Senado.

Técnicos do ministério defendem a criação das travas antes da liberação dos recursos aos estados. O argumento é que as receitas de petróleo são variáveis, sujeitas a flutuações na produção e nos valores do dólar e do barril.

O gasto com salário de servidores, por sua vez, é permanente. Por isso, defendem que o dinheiro não seja usado para essa finalidade.

O exemplo prático de que não é possível contar com a regularidade desses recursos é visto no governo federal, que teve de reduzir em mais de R\$ 8 bilhões as projeções de arrecadação vinculada à exploração de petróleo em 2019 em relação ao que estava previsto no Orçamento. O movimento se deu

em razão das variações do mercado e da redução de quase 13% no preço médio do barril de petróleo.

A discussão, considerada delicada pela equipe econômica, deve ser feita com a participação do Congresso, de governadores e do STF (Supremo Tribunal Federal).

Para criar as exigências, é necessário aprovar alterações legais no Congresso. Ainda não há definição sobre a possibilidade de aproveitar algum projeto que já está em tramitação ou se será necessário apresentar um novo texto.

A medida pode envolver alterações na Constituição, o que exigiria um número maior de votos para ser aprovada. A depender da tramitação no Legislativo, os repasses poderiam atrasar.

Outra proposta em avaliação na pasta é que pode ser levada ao debate no Congresso simultaneamente pretende dar mais poder aos governadores para cortar recursos de outros Poderes.

Hoje, a União pode contingenciar verbas do Legislativo e do Judiciário em casos de aperto no Orçamento. A ideia é ampliar essa possibilidade para os governos regionais, que só conseguem bloquear recursos do Executivo, e não dos outros Poderes.

O governo também tenta impedir que governadores concedam reajustes que provoquem impacto fora de seus mandatos. Atualmente, os gestores podem dar aumentos parcelados em períodos que extrapolam o mandato.

Essa trava foi incluída no Plano de Promoção de Equilíbrio Fiscal, programa que visa antecipar a liberação de recursos a estados após a aplicação de medidas de ajuste nas contas. O projeto foi enviado ao Congresso e depende de análise dos parlamentares.

A avaliação de técnicos do Ministério da Economia é que os estados precisam avançar na gestão de pessoal.

Relatório divulgado em junho pelo Tesouro Nacional mostra que a maioria dos estados se aproxima do limite de gasto com pessoal estabelecido na legislação.

A Lei de Responsabilidade Fiscal define que o patamar máximo para despesa com servidores nos Executivos estaduais é de 49% da arrecadação. Minas, Mato Grosso, Tocantins, Amazonas e Paraíba estão descumprindo a regra.

A norma determina que medidas de correção de rumo sejam adotadas para que os entes retornem ao patamar regular em até oito meses.

O descumprimento pode gerar punições como a suspensão de transferências do governo federal, de garantias da União e de empréstimos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/07/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Odebrecht fecha seu lo. contrato com Petrobras desde a Lava Jato

RIO DE JANEIRO | REUTERS- A Petrobras assinou contrato de afretamento por dois anos de uma sonda de perfuração da Ocyan, antes chamada Odebrecht Óleo e Gás, disse o presidente da fornecedora, Roberto Simões, no primeiro acordo entre ambas desde a deflagração da Operação Lava Jato, há cinco anos.

A estatal escolheu a Ocyan e outras duas empresas em uma recente licitação para a contratação de seis sondas.

Sem revelar valores, Simões informou que, além da Ocyan, saíram vencedoras da concorrência aberta pela Petrobras a Constellation Oil Services Holding, com três sondas, e a Petroserv, com duas unidades.

"Para nós, [esse contrato] tem um fator emblemático enorme", disse Simões, ressaltando que a Ocyan e as demais empresas do grupo Odebrecht ficaram impedidas de realizar novos negócios com a petroleira brasileira desde o escândalo da Lava Lato até meados do ano passado.

Em julho de 2018, a Petrobras assinou termo de compromisso com a Odebrecht, que esteve no centro das investigações de corrupção, permitindo o fim do bloqueio cautelar contra as empresas do grupo, mediante avanços importantes na governança e acordos de leniência bilionários fechados com autoridades.

A embarcação contratada, chamada Norbe 6, é uma plataforma de perfuração semissubmersível, com posicionamento dinâmico capaz de operar em lâmina d'água de até 2.400 metros e perfurar poços até 7.500 metros. Ela será usada em atividades nas bacias de Campos e Santos.

O negócio marca a recontração pela Petrobras da sonda, que esteve prestando serviços à estatal até 2018. Ela deve iniciar os trabalhos no último trimestre deste ano.

A empresa tem outras cinco sondas de perfuração já contratadas pela Petrobras, em negócios anteriores à Lava Jato.

Procuradas, Petrobras e Petroserv não se pronunciaram.

A Ocyan, que mudou de nome em janeiro de 2018, emprega 2.000 funcionários, ante 6.000 antes de o escândalo de corrupção atingir suas atividades.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo

Título: Marco de gestões petistas, PAC deixará de receber novos projetos

Brasília- O Ministério da Economia decidiu que o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), criado em 2007 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, vai deixar de receber novos projetos. A medida segue a diretriz estabelecida pela pasta de reduzir a participação direta do governo em investimentos de infraestrutura.

A medida será detalhada nesta terça-feira (30) pelo ministério da Economia em evento em São Paulo. O programa, que já vinha passando por sucessivas diminuições de orçamento, ficará apenas com as atuais obras em carteira.

A última medida publicada para obras do PAC foi uma portaria no dias de julho permitindo a retomada de obras com valor inferior a R\$ 10 milhões que estavam paradas em razão de bloqueio de recursos (e que não foram concluídas até 30 de dezembro de 2018).

A medida que interrompe a entrada de novos projetos do PAC é adotada em meio ao sucessivo corte na execução do programa. O valor destinado às obras caiu 52% desde o auge de 2014, para R\$ 27,5 bilhões em 2018. Sua importância para a economia também diminuiu, caindo de 1% do PIB em 2014 para 0,4% em 2018.

Por enquanto, o governo não tem uma estimativa de quanto tempo o programa ainda vai durar porque o andamento das obras restantes depende de cada ministério e órgão executor.

Procurado por meio da assessoria de imprensa, o ministério da Economia confirma a medida. "O PAC não receberá novos projetos", diz trecho da nota enviada pela pasta.

O governo criou o PAC em janeiro de 2007, meses antes do começo da crise financeira daquele ano. O programa foi voltado ao planejamento e execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e de energia.

Balanços sobre o andamento das obras costumavam ser anunciados à imprensa durante as gestões petistas. Lula aproveitou o programa para impulsionar a

candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República, chamando a então ministra-chefe da Casa Civil de "mãe do PAC".

Entre as obras que receberam recursos do PAC estão a Ferrovia Norte-Sul (concedida neste ano para a Rumo, da Cosan), refinarias da Petrobras, as usinas de Belo Monte e de Santo Antônio e a usina termelétrica nuclear de Angra 3. Parte dessas obras foi envolvida em escândalos de corrupção. Segundo o governo, 16% das obras (602 de 3.685) estavam paralisadas ao fim de 2018.

Além da redução da participação do governo em projetos de infraestrutura, o ministério da Economia vai apresentar outras duas grandes diretrizes para o setor. São elas a adoção de modelos para liberar o investimento privado e a análise de projetos e planejamento de longo prazo.

Outras medidas, mais específicas, incluem a transferência à iniciativa privada da operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Trensurb (empresa de mobilidade urbana do Rio Grande do Sul controlada pela União).

Também estão na lista a redução dos subsídios e encargos na tarifa de energia elétrica, a liberação do setor de saneamento básico e um novo marco para o "project finance" (modelo de financiamento que permite a empresa usar como garantia as receitas futuras do empreendimento).

O ministério avalia que as medidas são necessárias porque o ritmo de investimentos projetado para os próximos três anos (1,9% do PIB) ainda está baixo. Segundo estudo do governo, os números estimados "são absolutamente insuficientes para que o país apresente uma retomada na formação bruta de capital fixo" no setor. "Caso nada seja feito, o país está condenado a ter uma infraestrutura precária, insuficiente e cara", diz o documento.

Os técnicos veem necessidade de novos projetos da ordem de R\$ 11,4 bilhões em três anos (R\$ 2,4 bilhões em 2019, R\$ 4 bilhões em 2020 e R\$ 5 bilhões em 2021). Isso porque os ativos já licitados à iniciativa privada atingirão um pico de investimentos em 2019.

O governo pretende que as medidas contribuam para fazer o país avançar dez posições até 2022 no ranking de infraestrutura do Global Competitiveness Report, publicado pelo Fórum Econômico Mundial. Atualmente, o Brasil está na posição 81 (entre 140 países), atrás de todos os integrantes do bloco dos Brics (composto também por Rússia, Índia, China e África do Sul).

O ministério diz pretender colocar o país entre os 20 melhores no ranking até 2040. Para isso, calcula ser necessário um investimento de R\$ 10 trilhões (o que

geraria uma média de R\$ 500 bilhões por ano). Em 2018, estima o governo, foram investi

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/07/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Após problema técnico, navio do Irã deixa o Brasil

SÃO PAULO | REUTERS- O navio iraniano Bavand deixou o porto de Paranaguá nesta segunda (29). Outra embarcação do Irã, a Termeh, havia partido no sábado (27).

Os navios ficaram mais de 50 dias parados após a Petrobras se recusar a vender combustível. Na quarta (24), o presidente do STF, Dias Toffoli, determinou que se fizesse o fornecimento.

Após o abastecimento, o Bavand apresentou problemas técnicos, causados por falta de combustível por tempo prolongado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/07/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E ELIANE OLIVEIRA

Título: Paraguai quer anular acordo com o Brasil sobre Itaipu

Revelação de que governo de Mario Abdo aceitou pagar mais por energia abre crise e provoca a renúncia de quatro ocupantes de altos cargos no país vizinho

BRASÍLIA- O Paraguai quer anular um acordo assinado com o Brasil em maio sobre a contratação da energia gerada pela usina hidrelétrica de Itaipu, administrada pelos dois países, numa reação à crise desencadeada no país vizinho pela revelação dos termos do documento. O novo contrato, na prática, leva o Paraguai a pagar mais por sua parte na eletricidade da usina. Retratado na imprensa paraguaia como "entreguista" o acordo levou à renúncia de quatro membros do alto escalão do governo do presidente Mario Abdo Benítez.

Ele aceitou ontem a renúncia do ministro de Relações Exteriores, Luis Alberto Castiglioni, do embaixador do Paraguai no Brasil, Hugo Saguier, do chefe da estatal de energia elétrica, Alcides Jiménez, e do diretor paraguaio de Itaipu Binacional, José Alderete. Após a repercussão negativa e debates acalorados no Congresso, o governo paraguaio anunciou que vai cancelar o acordo firmado

com o Brasil, mas até agora o governo brasileiro não foi informado oficialmente dessa decisão.

Autoridades brasileiras avaliam que a divulgação dos termos técnicos do acordo gerou um embate político no Paraguai cujo desfecho ainda é difícil de prever. O Brasil, porém, quer manter o acordo. Segundo um diplomata, só após uma manifestação clara do Paraguai o país poderá avaliar o que faz e — O fato é que os paraguaios vinham maquiando sua demanda por energia. Interessa ao Brasil a manutenção desse acordo — disse essa fonte.

ACORDO EM TROCA DE PONTES

O assunto vinha sendo tratado como prioridade na área de energia do governo do presidente Jair Bolsonaro. Técnicos brasileiros conseguiram rever o texto que permitia ao Paraguai, desde 2009, ficar com a maior parte da parcela da energia de Itaipu sobre a qual não incidem juros e impostos. Dessa forma, ele pagava menos que o Brasil pela energia gerada pela usina de Itaipu, responsável por 90% do abastecimento do país vizinho.

O fim dessa assimetria com a revisão desse acordo tem um potencial de aumentar em até 30% as contas de luz no Paraguai, muito mais dependente de Itaipu que o Brasil, que só tem cerca de 15% do seu consumo ligado à usina. Para aceitar a revisão do acordo com o Brasil, o Paraguai conseguiu incluir na negociação a construção de mais duas pontes entre os dois países (sobre os rios Paraná e Paraguai), pagas por Itaipu. O custo estimado é de R\$ 1 bilhão.

A polêmica gerada pelo Paraguai antecipa as discussões que os dois países terão que fazer para negociar todo o tratado de Itaipu. Em 2023, esse documento precisará ser revisto, após a usina ser completamente amortizada. Todos os trechos que tratam da comercialização de energia poderão ser alterados, o que gera grandes expectativas, principalmente do lado paraguaio.

MME / ASCOM .